

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E TRANSFORMAÇÕES INDUSTRIAIS: EFEITOS SOBRE A MÃO-DE-OBRA NO AGLOMERADO URBANO-INDUSTRIAL DE LONDRINA

Claudio Roberto Bragueto

1. INTRODUÇÃO

Nas discussões sobre reestruturação produtiva e as transformações industriais e urbanas em curso, observa-se que, em geral, há uma crescente presença da indústria de maior intensidade tecnológica nas maiores metrópoles e o deslocando para localizações mais afastadas das indústrias caracterizadas como de mão-de-obra intensiva.

Desta forma, na perspectiva de que as recentes transformações vão se manifestar também nas cidades médias (entendidas nas suas relações com outras cidades de diferentes portes e com os espaços rurais), nosso recorte espacial é o que estamos chamando de Aglomerado Urbano-Industrial de Londrina (Mapa 01), localizado no norte do estado do Paraná-Brasil. Ou seja, o conjunto de municípios que, segundo a divisão regional do IBGE, fazem parte da Mesorregião Geográfica Norte Central Paranaense, que inclui uma cidade média (Londrina) e seu entorno (Ibiporã, Cambé, Rolândia, Araçongas e Apucarana), que apresentaram na década de 1990 e de 2000, índices de crescimento da mão-de-obra ocupada na indústria superiores ao total do Brasil e do estado do Paraná (Gráfico 01)..

Mas se por um lado houve elevados índices de crescimento da mão-de-obra, por outro lado houve uma perda, em termos relativos, do valor adicionado em relação a outras regiões do estado do Paraná. Assim, nosso objetivo foi compreender a dinâmica industrial recente do Aglomerado Urbano-Industrial de Londrina e seu impacto sobre os trabalhadores do setor, procurando desvendar o seguinte problema: qual o impacto das transformações industriais ocorridas no Aglomerado Urbano-Industrial de Londrina, nos últimos vinte anos, sobre os trabalhadores?

2. REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E TRANSFORMAÇÕES INDUSTRIAIS

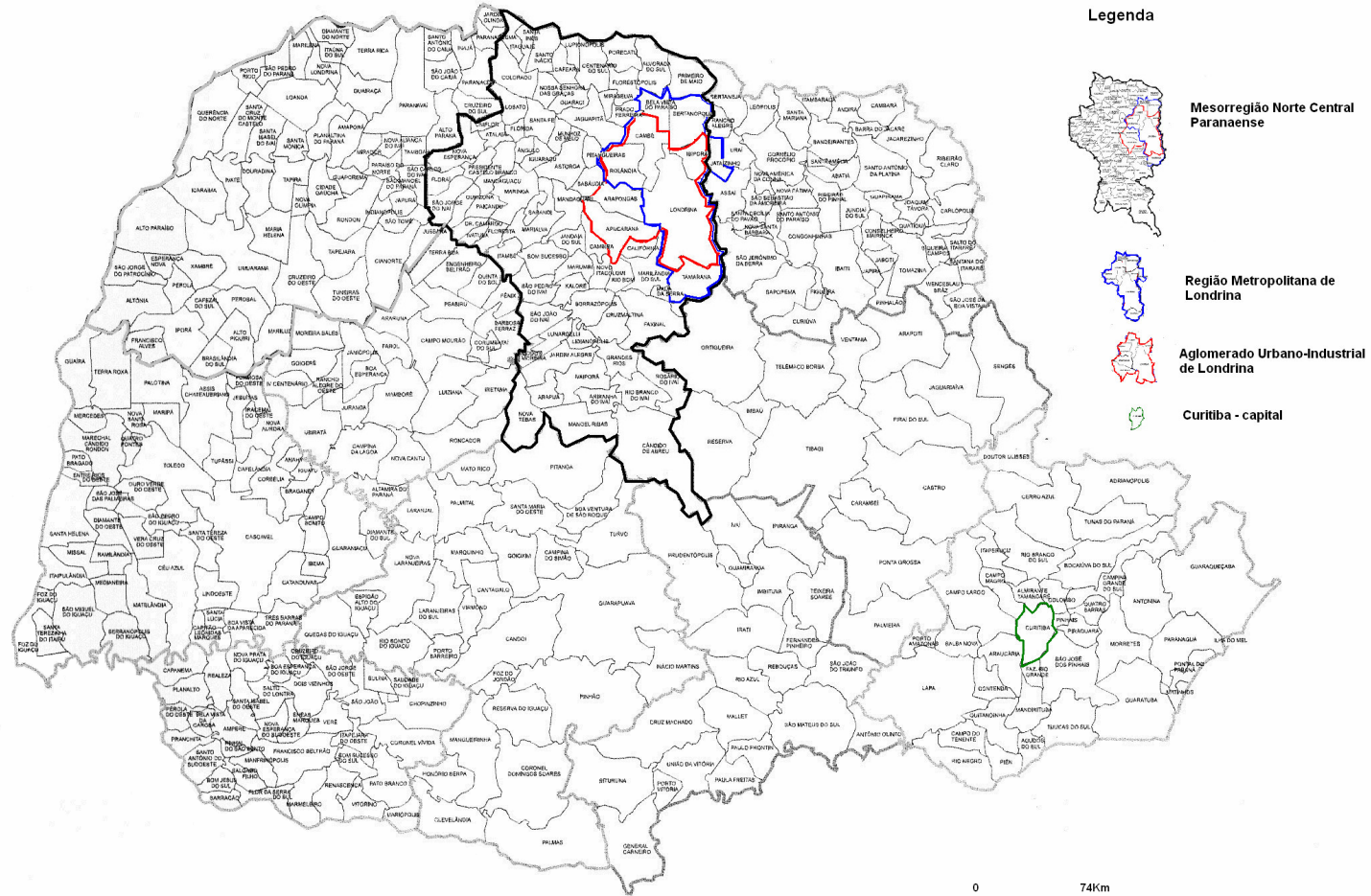
Partimos da hipótese de que, num contexto de reestruturação produtiva, as condições gerais de produção historicamente estabelecidas tornaram o Aglomerado Urbano-Industrial de Londrina um território passível de localização de plantas industriais transferidas, cuja gestão continua centralizada na Região Metropolitana de São Paulo, assim como o desenvolvimento da indústria de capital local/regional. Porém, essas novas plantas industriais não foram suficientes para alterar profundamente a estrutura industrial regional, continuando a predominar as indústrias intensivas em mão-de-obra.

Estabelecidos os recortes espacial e temporal, diante do objetivo a que nos propomos e buscando responder à indagação formulada, nossa hipótese tem como referencial teórico a reestruturação sócio-espacial, uma vez que uma das características da reestruturação produtiva é a mobilidade geográfica do capital, como uma das estratégias para sua reprodução, daí a vasta possibilidade de investigação geográfica do processo.

Segundo Santos (1999, p.6), a globalização é um dado explicativo maior da realidade geográfica atual, juntamente com a mediação do Estado, da sociedade civil e da própria configuração territorial herdada.

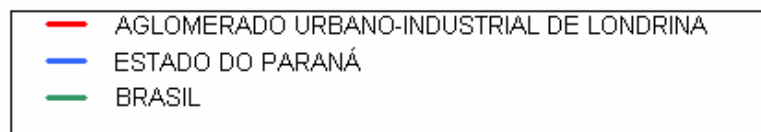
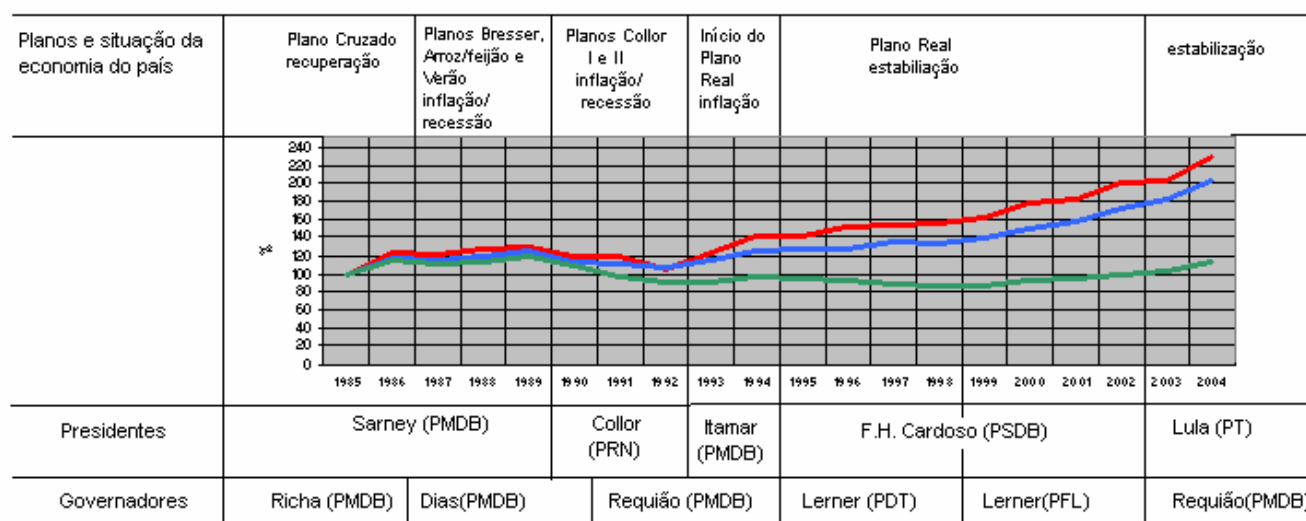
Reafirmando, a globalização causa impacto sobre as esferas econômica, social, política e cultural, mas também sobre a organização espacial. “Trata-se de uma reestruturação espacial que se manifesta, no plano mais geral, na recriação das diferenças entre regiões e

MAPA 01 - MESORREGIÃO NORTE CENTRAL, REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA E AGLOMERADO URBANO-INDUSTRIAL DE LONDRINA



BASE CARTOGRÁFICA IAP-2002
Org.: Claudio Roberto Braguetto
NOTA: Mesorregião Geográfica segundo o IBGE

GRÁFICO 01 - AGLOMERADO URBANO-INDUSTRIAL DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ E BRASIL - CRESCIMENTO % DO EMPREGO FORMAL NA INDÚSTRIA - 1985/2004



FONTE DOS DADOS: MTE/RAIS

NOTA: BASE DA CÁLCULO: 1985=100

Org.: Claudio R. Braguetto

centros urbanos, assim como nas articulações entre ambos e entre os centros”. (CORRÊA, 1999, p.44)

Como diz Gottdiener (1990, p.59), no momento atual, há uma característica comum que permeia a maioria das diferentes perspectivas teóricas sobre a reestruturação, segundo a qual “[...] as recentes mudanças no capitalismo provocadas pela crise, especialmente a partir de 1970, são responsáveis pela reorganização das estruturas espaciais urbanas e das relações entre as cidades no sistema urbano.” Os fluxos materiais e principalmente imateriais se ampliam, promovendo, através de suas redes, uma nova integração espacial.

Conforme Spósito (2001, p.625), no Brasil, o conjunto de mudanças que se vêm processando, tem ocorrido principalmente a partir do começo da década de 1990 e, entre outras apresentadas pela Autora, destacamos as seguintes dinâmicas:

- ampliação da importância das grandes metrópoles, com o aumento dos papéis de gestão empresarial e financeira do capital, face às novas formas de internacionalização, que marcam o período denominado de globalização;
- descentralização da atividade industrial produtiva, aumentando os papéis de muitas cidades grandes e médias, e centralização das decisões, como consequência da concentração dos capitais, reforçando o perfil de terciário superior das grandes metrópoles, guindando São Paulo à condição de um dos pontos da rede global de cidades;
- crescimento do emprego informal e do desemprego, como consequência da flexibilização do sistema produtivo, mas também do aumento da participação da tecnologia na produção, como caminho para a diminuição dos custos em um período de crise, em que se acentua a competitividade;
- crescimento das disparidades no interior das cidades, sobretudo das maiores, em função do aumento do custo de vida nesses centros e da diminuição do mercado de trabalho;

Assim, como já dissemos, a emergência de novos processos produtivos e a busca de novos lugares para a realização da produção, garante uma vasta possibilidade de investigação geográfica acerca da reestruturação, uma vez que esta não é um processo mecânico e automático, nem tampouco seus resultados e possibilidades potenciais são predeterminados.

Em sua hierarquia de manifestações, a reestruturação deve ser considerada originária de e reativa a graves choques nas situações e práticas sociais preexistentes, e desencadeadora de uma intensificação de lutas competitivas pelo controle das forças que configuram a vida material. Assim, ela implica fluxo e transição, posturas ofensivas e defensivas, e uma mescla complexa e irresoluta de continuidade e mudança. Como tal, a reestruturação se enquadra entre a reforma parcial e a transformação revolucionária, entre a situação de perfeita normalidade e algo completamente diferente. (SOJA, 1993, p.194).

Dentre os vários caminhos sobre a interpretação dos processos de reestruturação contemporâneos Soja (1993, p.195), toma como ponto de partida a ligação afirmativa entre a reestruturação e a espacialização, examinando o momento contemporâneo “[...] como sendo a mais recente tentativa de reestruturar as matrizes espaciais e temporais do capitalismo, mais uma busca de um ‘arranjo’ espaço-temporal voltado para a sobrevivência.[...]”

Um dos aspectos da economia política da reestruturação urbana e regional, são as mudanças significativas que têm ocorrido nos padrões de desenvolvimento regional desigual que se haviam estabelecido tão solidamente nos países capitalistas tardios durante o século precedente. Conforme Harvey (1992, p.140),

a acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas [...].

Para Soja (1993, p.205), “continuar a dar sentido à questão regional requer [...] um contexto interpretativo, fundamentado nas particularidades do processo contemporâneo de reestruturação”, pois houve mudanças regionais expressivas que ocorrerem no atual período de reestruturação e mesmo que, em muitas áreas tenha havido uma intensificação dos padrões de desenvolvimentos desigual preexistentes,

[...] essas “continuidades intensificadas”, entretanto, não são simplesmente outra dose da mesma coisa, pois têm ocorrido num novo conjunto de condições setoriais, sociais, políticas e tecnológicas, que estão modificando de maneira significativa o modo como o desenvolvimento geograficamente desigual é produzido e reproduzido. A identificação e a compreensão dessas condições alteradas tornou-se o foco crucial das interpretações contemporâneas da reestruturação regional. (SOJA, 1993, p.207).

Dessa forma, nesse novo regime chamado de acumulação flexível,

a especialização flexível, os sistemas de produção verticalmente desintegrados e o rompimento das hierarquias rígidas têm sido acompanhados por uma mobilidade acelerada do capital, para facilitar a busca de superlucros setoriais (inclusive os obtidos através do barateamento substancial dos custos da mão-de-obra) em qualquer parte do mundo. [...]. (SOJA, 1993, p.208).

Assim como Soja, Harvey, embora acrescenta outros fatores para a mobilidade geográfica do capital, também dá ênfase para a questão do controle da mão-de-obra.

O aumento da competição em condições de crise coagiu os capitalistas a darem muito mais atenção às vantagens localizacionais relativas, precisamente porque a diminuição de barreiras espaciais dá aos capitalistas o poder de explorar, com bom proveito, minúsculas diferenciações espaciais. Pequenas diferenças naquilo que o espaço contém em termos de oferta de trabalho, recursos, infra-estruturas etc. assumem crescente importância. O domínio superior do espaço é uma arma ainda mais poderosa na luta de classes [...]. A mobilidade geográfica e a descentralização são usadas contra um poder sindical que se concentrava tradicionalmente nas fábricas de produção em massa. A fuga de capitais, a desindustrialização de algumas regiões e a industrialização de outras e a destruição de comunidades operárias tradicionais como bases de poder na luta de classes se tornaram o pivô na transformação espacial sob condições de acumulação mais flexíveis. (HARVEY, 1992, p.225, grifo nosso).

Para Lencioni (2003, p.3) a dispersão das unidades produtivas e concentração da gestão do capital no centro metropolitano, como estratégias de um novo momento de reprodução do capital, devem ser compreendidas na sua lógica histórica.

Compreendidas assim, verificamos que essa dispersão nem é infinita e nem de mesmo conteúdo. “Essa dispersão é produto de dois movimentos relacionados ao processo geral de produção, ou seja, relacionado à produção em seu sentido amplo. Um dizendo respeito à desintegração vertical, comum às grandes empresas e, outro, relativo às condições gerais de produção”.

Em outras palavras e deixando claro o aspecto territorial do processo,

a desintegração vertical significa que fases de um mesmo processo produtivo não estão mais integrados numa mesma empresa ou numa mesma fábrica. A empresa, quer constituindo um grupo econômico ou não, atua por meio de diversas unidades e tem na gestão do capital, ou seja, na direção e controle do capital, o elemento integrador da dispersão territorial de suas unidades. (LENCIONI, 2003, p.3).

Nesse processo, as possibilidades abertas para os fluxos imateriais assumem especial importância para a ampliação da mobilidade geográfica do capital, que por sua vez, tem papel importante no processo de reestruturação. Nesse aspecto, como diz Lencioni (1999, p.131),

a mudança na natureza e importância dos fluxos imateriais associa-se aos deslocamentos nos assentamentos produtivos industriais. A cisão territorial entre unidade produtiva e gestão empresarial promove maior coesão espacial e afirma, [...] a primazia de algumas cidades. Contudo, cabe lembrar, não são só os fluxos imateriais relativos à reintegração da produção e gerenciamento dessa produção, que compõem a teia de fluxos no espaço. Há que se lembrar, ao lado dos fluxos imateriais, como os de informação, os tradicionais fluxos materiais, como os de transporte de mercadorias – quer de matéria-prima e de insumos para a produção, quer os de consumo corrente.

Ao mesmo tempo em que a metrópole concentra cada vez mais a gestão do capital, a desconcentração da atividade industrial produtiva aumenta os papéis de muitas cidades médias, particularmente aquelas que apresentam melhores condições gerais de produção.

Porém, como apontado por Lencioni (2003, p.4), “[...] a produção dessas condições não é ilimitada e por isso mesmo a dispersão territorial da indústria encontra seus limites territoriais.” Ou seja, se há determinadas condições, como fornecimento de energia, por exemplo, que estão disseminados em grande parte do território, outras tantas não são homogeneamente distribuídas.

Se por um lado essa concentração das condições gerais de produção, em especial as novas, tende a produzir um complexo industrial territorialmente concentrado, por outro lado, aquelas regiões em que, historicamente, foram produzidas certas condições de produção, poderiam ser favorecidas no processo de dispersão industrial.

3. PESSOAL OCUPADO NA INDÚSTRIA NO AGLOMERADO URBANO-INDUSTRIAL DE LONDRINA: 1985-2004

Conforme nosso recorte temporal, podemos dizer que no ano de 1985, no Aglomerado Urbano-Industrial de Londrina estavam constituídas as principais rodovias e ferrovias para escoamento da produção, o problema de fornecimento de energia estava

resolvido e a cidade de Londrina apresentava condições avançadas em termos de telecomunicações para a época.

Apesar dessas condições as atividades econômicas estavam em grande parte relacionadas à agropecuária. A indústria do Aglomerado Urbano-Industrial de Londrina era incipiente, destacando-se poucos ramos, ligados diretamente às atividades agropecuárias (produtos alimentares, química e têxtil) e apresentando uma concentração no município de Londrina, com exceção da indústria do mobiliário que começava a ter importância no município de Arapongas.

No entanto, a análise da estrutura industrial do Aglomerado Urbano-Industrial de Londrina revelou que a partir de então houve um período de estagnação, entre 1985 e 1992 e um período de crescimento entre 1992 e 2004. Nesse último período, por um lado houve crescimento importante do pessoal ocupado e do número de estabelecimentos, o que fez com que a participação do Aglomerado em relação ao restante do estado do Paraná aumentasse. Por outro lado, no que se refere ao valor adicionado, o crescimento em termos absolutos não foi suficiente para que houvesse aumento na participação em relação ao total do estado.

Esta situação nos revela que, para o entendimento do processo, um aspecto essencial é a distinção entre as indústrias de maior ou menor intensidade tecnológica. Para tanto, em função das diversas classificações, quer quanto aos próprios ramos industriais, quer quanto a intensidade tecnológica, buscamos uma compatibilização das mesmas, tentando amenizar ao máximo os problemas de interpretação possíveis em função da diversidade de classificação existentes, que estão sintetizadas no quadro 01.¹

Para Cano (1997, p.107),

entre 1985 e 1995, quando convivemos, primeiro com a “crise da dívida” e agora, também com políticas neoliberais, o crescimento econômico de São Paulo (e do Brasil) tornou-se, na média, medíocre e, com isso, o arrefecimento da dinâmica de acumulação inibiu também o crescimento periférico. Isso causou uma inflexão no processo de desconcentração econômica que, em muitos casos, apresentou resultados mais “estatísticos” do que efetivos.

O período de crise da economia brasileira, que segundo Bresser-Pereira (2003, p.278), se estende da “[...]década de 1980 aos primeiros anos de 1990 até o Plano Real”, e se caracterizou como a “[...]pior crise econômica de sua história”, juntamente com a reestruturação produtiva das empresas teve efeito dramático sobre o emprego. Dentre os poucos estados que tiveram aumento do número de empregados formais na indústria entre 1985 e 1992, o Paraná foi o que apresentou o maior crescimento, ainda que insignificante, pois não chegou a atingir dezenove mil postos de trabalho. No mesmo período, assim como em relação ao PIB, os estados do Rio de Janeiro e, em especial, São Paulo apresentaram queda abrupta do pessoal ocupado na indústria. Em conjunto os dois estados tiveram uma redução de quase quatrocentas e noventa mil pessoas ocupada na indústria.²

Se parece haver consenso entre os autores sobre a inflexão do processo de desconcentração industrial a partir de meados dos anos de 1980 e início dos anos de 1990, a partir de então o debate volta à tona, pois, estaria havendo uma retomada do processo de desconcentração.

¹ Uma discussão detalhada sobre os critérios para se chegar a esta classificação, pode ser vista em BRAGUETO (2007, p.104 a 119)

² Cálculos realizados a partir dos dados do MTE-RAIS (BRASIL, 1985 e 1992)

QUADRO 01 – COMPATIBILIZAÇÃO ENTRE AS CLASSIFICAÇÕES DOS RAMOS INDUSTRIAIS E CLASSIFICAÇÃO DOS RAMOS SEGUNDO A INTENSIDADE TECNOLÓGICA

IPARDES (*)	RAIS (**)	CLASSIFICAÇÃO A SER UTILIZADA NA TESE
Indústria de maior intensidade tecnológica		
Mecânica	Mecânica	Mecânica
Material elétrico e de comunicações	Material elétrico e de comunicações	Material elétrico e de comunicações
Material de transporte	Material de transporte	Material de transporte
Química	Química, produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, sabões e velas e prod. de matérias plásticas (***)	Química, produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, sabões e velas
Farmacêuticos e veterinários		
Perfumaria, sabões e velas		
Indústria de menor intensidade tecnológica		
Têxtil	Têxtil do vestuário e artefatos de tecido	Têxtil, vestuário, artefatos de tecido e calçados
Vestuário, artefatos de tecido e calçados	Calçados	
Produtos alimentares	Produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	Produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico
Bebidas		
Produção de álcool (****)		
Produtos minerais não-metálicos	Produtos minerais não-metálicos	Produtos minerais não-metálicos
Metalúrgica	Metalúrgica	Metalúrgica
Madeira	Madeira e mobiliário	Madeira e mobiliário
Mobiliário		
Papel e papelão	Papel, papelão, editorial e gráfica	Papel, papelão, editorial e gráfica
Editorial e gráfica		
Borracha	Borracha, fumo, couros, peles, similares e diversas	Borracha, fumo, couros, peles, similares e diversas
Fumo		
Couros e peles		
Diversas		
Produtos de matérias plásticas	Produtos de matérias plásticas	Produtos de matérias plásticas
Extração de minerais	Extrativa mineral	Extrativa mineral

FONTE: IPARDES e RAIS

NOTA: compatibilização e classificação do autor conforme a divulgação dos ramos pelo IPARDES e MTE/RAIS

(*) Dados de valor adicionado do IPARDES de 1975 a 2004

(**) Dados de pessoal ocupado e número de estabelecimentos da RAIS de 1985 a 2004

(***) Como o ramo produtos de matéria plástica é considerado de menor intensidade tecnológica, desagregamos este ramo utilizando o seguinte critério: a partir de 1994 a RAIS apresenta também a classificação da CNAE/95, em que este ramo é discriminado. Desta forma, os dados relativos aos produtos de matéria plástica foram subtraídos deste grupo e incluídos como um ramo isolado. De 1985 a 1993 isto não é possível. Assim nestes anos há uma ligeira superestimação do ramo química.

(****) Nesta classificação originalmente não consta o ramo produção de álcool que está incluído junto com a indústria química. A partir de 1997 esses dados foram obtidos através da desagregação fornecida pelo IPARDES. Portanto, nos anos anteriores há uma ligeira superestimação do ramo química

Firkowski (2001, p.81), argumenta que há sinais de modificação no

[...] processo de desconcentração tal qual ele se apresentava até o início da década de 90, quando o grande destaque do processo era o interior de São Paulo, na medida em que o deslocamento de unidades industriais se dava predominantemente para o espaço compreendido num raio de cerca de 150 Km a partir da cidade de São Paulo.

Para a autora, sobretudo a partir da década de 90, [...] a base territorial passível de receber os novos investimentos industriais se amplia consideravelmente, extrapolando os limites fixados pelo processo no período anterior, qual seja, São Paulo, metrópole e interior. (FIRKOWSKI, 2001, p.88).

De fato, a partir de 1992 o processo parece ser diferente do que ocorreu entre 1985 e 1992. Com relação ao pessoal ocupado na indústria, se entre 1985 e 1992 houve uma redução no Brasil de pouco mais de quinhentos e quarenta e um mil postos de trabalho, entre 1992 e 2004 houve um crescimento significativo. Nesse período, para um acréscimo total de pouco mais de um milhão e duzentas mil pessoas na indústria brasileira, o Paraná foi o estado que apresentou a maior elevação, com mais de duzentos e vinte e oito mil novos postos de trabalho. Com isso, de uma participação no total do pessoal ocupado na indústria em 1992 de 5,38%, o estado do Paraná passa para 8% em 2004.³

O comportamento do número de estabelecimentos, do pessoal ocupado e do valor adicionado fica mais claro quando analisamos a estrutura industrial do Aglomerado Urbano-Industrial de Londrina com base na classificação dos ramos industriais de maior ou menor intensidade tecnológica. No período de 1985 a 2004, o número de estabelecimentos se manteve estável, com as indústrias de menor intensidade tecnológica representando em torno de 85% do total. O mesmo ocorre quanto ao pessoal ocupado, com o grupo de menor intensidade tecnológica empregando 87,6% da mão-de-obra em 2004. A maior modificação ocorreu no que se refere ao valor adicionado, pois a indústria de maior intensidade tecnológica passou de 20,1% em 1985, para 29,7% em 2004. (Gráficos 2 e 3)

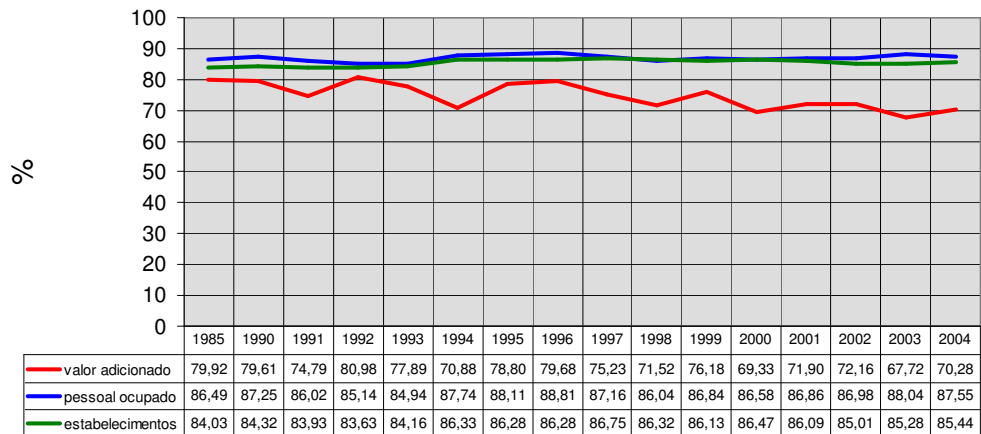
Tratando especificamente do pessoal ocupado, podemos verificar claramente o comportamento distinto no período de crise entre 1985 a 1992 e de crescimento entre 1992 a 2004.

Conforme os Gráficos 4 e 5 após um pequeno crescimento do pessoal ocupado de todos os ramos durante a vigência do plano cruzado, nos anos de 1985 e 1986, deste último ano até 1992, o único ramo que apresentou algum crescimento foi o da química, com os demais apresentando redução em termos absolutos. Essa situação fica mais nítida quando observamos os Gráficos 6 e 7 que trazem a variação entre os anos de 1985 e 1992. Como podemos verificar o crescimento do pessoal ocupado ocorrido entre 1985 e 1986 não foi suficiente para evitar que houvesse uma redução em termos absolutos em cinco ramos e crescimento insignificante nos demais. No conjunto a indústria do Aglomerado Urbano-Industrial de Londrina teve um aumento de apenas 1.187 pessoas ocupadas entre 1985 e 1992.

A partir de 1992 o crescimento da mão-de-obra empregada muda radicalmente, passando o Aglomerado Urbano-Industrial de Londrina de pouco mais de vinte e oito mil pessoas ocupadas naquele ano, para mais de sessenta e uma mil e quinhentas pessoas em 2004.

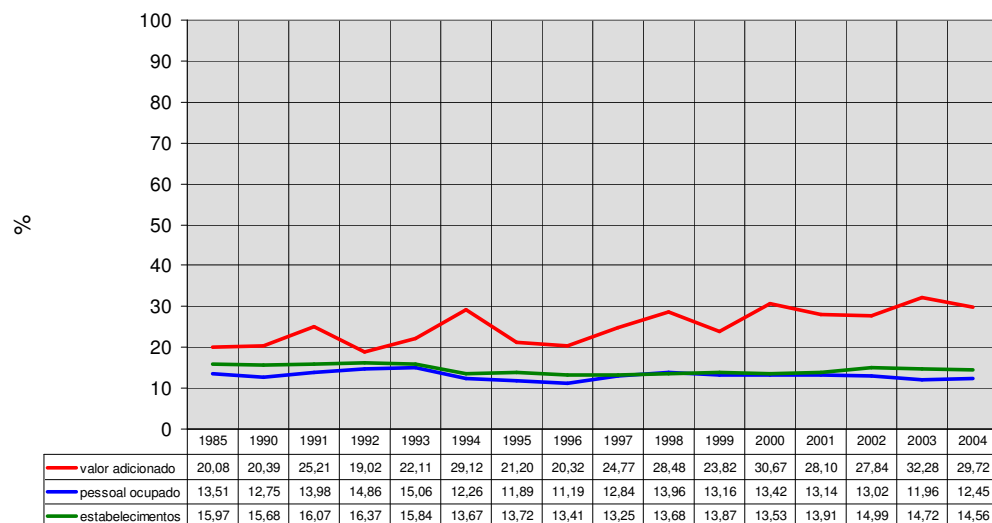
³ Cálculos realizados a partir dos dados do MTE-RAIS (BRASIL, 1992 e 2004)

GRÁFICO 02 - AGLOMERADO URBANO-INDUSTRIAL DE LONDRINA - VALOR ADICIONADO, PESSOAL OCUPADO E Nº DE ESTABELECIMENTOS DAS INDÚSTRIAS (%) DE MENOR INTENSIDADE TECNOLÓGICA EM RELAÇÃO AO TOTAL - 1985/2004



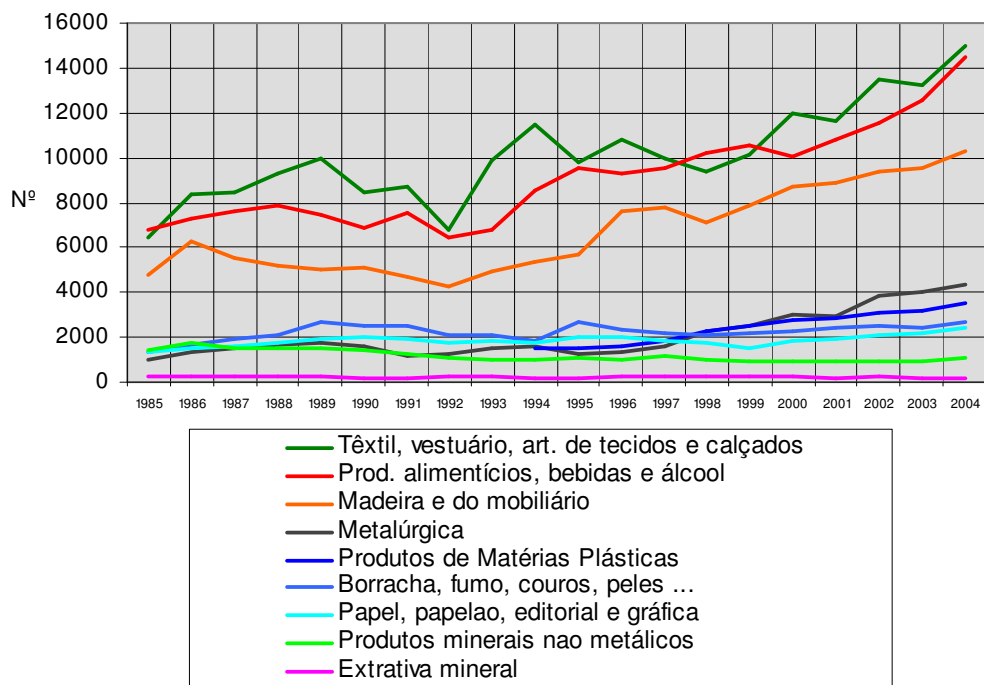
FONTA DOS DADOS SEFA e MTE-RAIS
Org.: Claudio R. Bragueto

GRÁFICO 03- AGLOMERADO URBANO INDUSTRIAL DE LONDRINA - VALOR ADICIONADO, PESSOAL OCUPADO E Nº DE ESTABELECIMENTOS DAS INDÚSTRIAS (%) DE MAIOR INTENSIDADE TECNOLÓGICA EM RELAÇÃO AO TOTAL - 1985/2004



FONTA: SEFA e MTE-RAIS
Org.: Claudio R. Bragueto

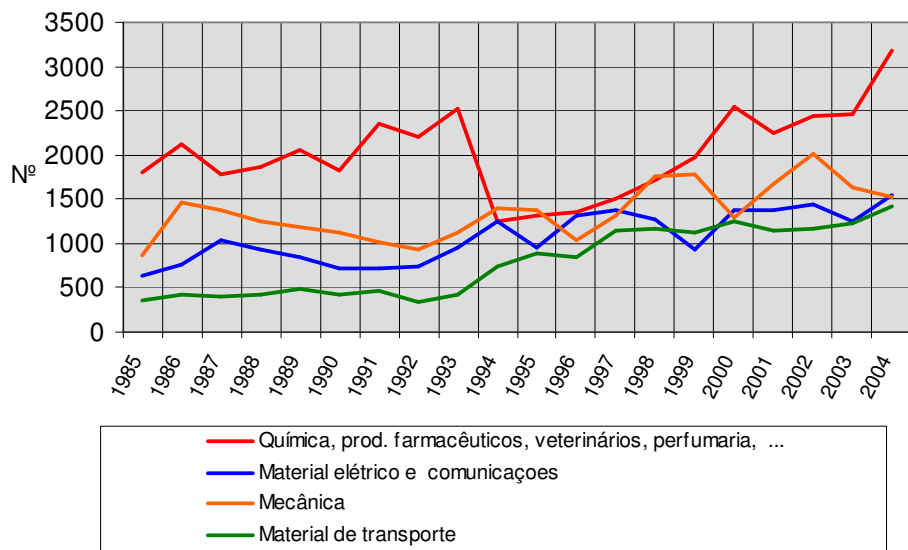
**GRÁFICO 04 - AGLOMERADO URBANO-INDUSTRIAL DE LONDRINA -
PESSOAL OCUPADO NOS RAMOS INDUSTRIAIS DE MENOR INTENSIDADE
TECNOLÓGICA - 1985 A 2004**



FONTE DOS DADOS: MTE/RAIS

Org.: Claudio R. Bragueto

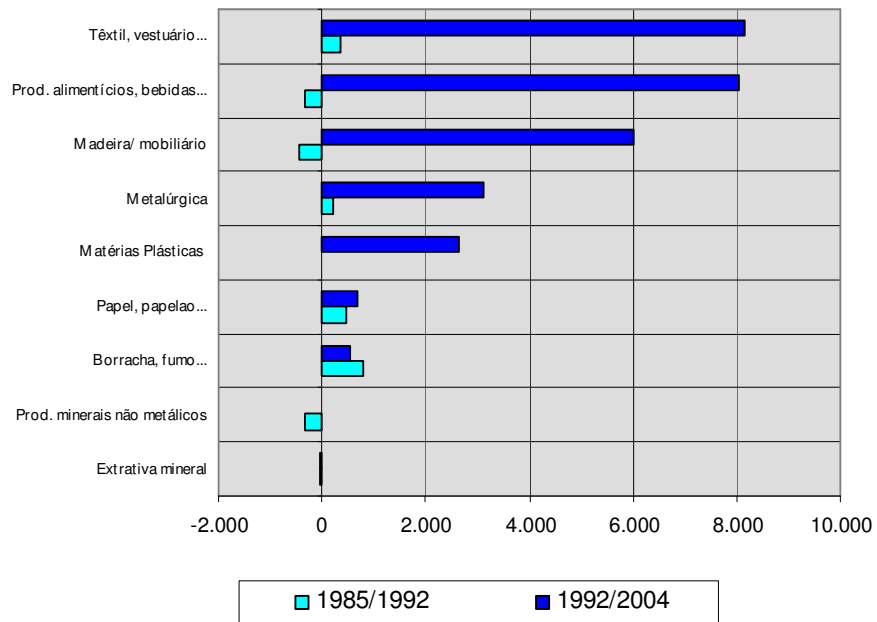
**GRÁFICO 05 - AGLOMERADO URBANO-INDUSTRIAL DE LONDRINA - PESSOAL
OCUPADO NOS RAMOS INDUSTRIAIS DE MAIOR INTENSIDADE TECNOLÓGICA -
1985 A 2004**



FONTE DOS DADOS: MTE-RAIS

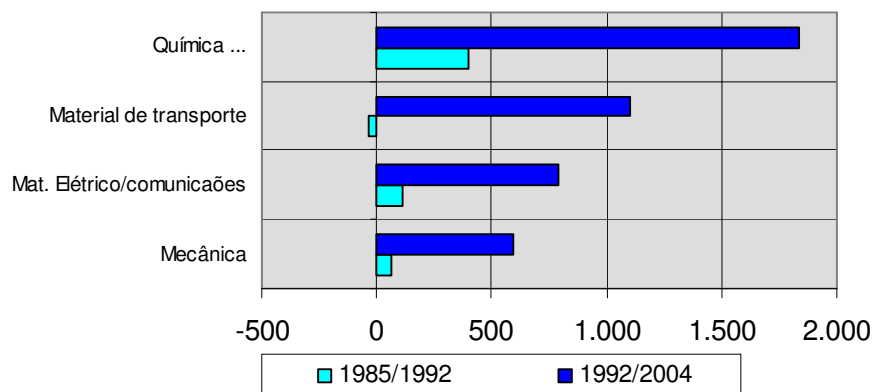
Org.: Claudio R. Bragueto

GRÁFICO 06 - AGLOMERADO URBANO-INDUSTRIAL DE LONDRINA - CRESCIMENTO ABSOLUTO DO PESSOAL OCUPADO NOS RAMOS INDUSTRIAIS DE MENOR INTENSIDADE TECNOLÓGICA - 1985/1992 E 1992/ 2004



FONTE DOS DADOS: MTE-RAIS
Org.: Claudio R. Bragueto

GRÁFICO 07 - AGLOMERADO URBANO-INDUSTRIAL DE LONDRINA - CRESCIMENTO ABSOLUTO DO PESSOAL OCUPADO DOS RAMOS INDUSTRIAIS DE MAIOR INTENSIDADE TECNOLÓGICA - 1985/1992 E 1992/ 2004



FONTE DOS DADOS: MTE-RAIS
Org.: Claudio R. Bragueto

Conforme os Gráficos 4 e 6, quanto às indústrias de menor intensidade tecnológica o crescimento foi expressivo, com destaque para os ramos têxtil/vestuário, produtos alimentícios e madeira/mobiliário, que já eram os mais importantes em termos de pessoal ocupado nos anos anteriores, e os ramos da metalurgia e matérias plásticas, que passaram a ter maior relevância a partir de 1998.

No grupo das indústrias de maior intensidade tecnológica, embora todos os ramos tenham apresentado crescimento absoluto do pessoal ocupado, o mesmo foi bem mais modesto do que o apresentado pelas indústrias de menor intensidade tecnológica (Gráficos 5 e 7). O ramo química⁴ foi o que apresentou maior crescimento (1.837 pessoas entre 1992 e 2004).

Em termos proporcionais, a alteração mais significativa ocorreu com os ramos metalurgia e produtos de matérias plásticas, que em conjunto empregavam em torno de 4% da mão-de-obra em 1985 e, em 2004, empregavam 12,73% da mesma.

No grupo de maior intensidade tecnológica, apesar de todos os ramos apresentarem crescimento em termos absolutos, no que se refere à participação relativa não houve alteração, com o conjunto dos ramos se mantendo em pouco mais de 12% do total da mão-de-obra empregada na indústria. O ramo química, que era o mais importante em 1985, apresenta crescimento significativo entre 1992 e 2004, representando neste último ano 5,17% do total da mão-de-obra empregada no setor industrial do Aglomerado Urbano-Industrial de Londrina.

Os ramos de menor intensidade tecnológica, intensivos em mão-de-obra, se mantiveram com maior importância. A indústria de produtos alimentícios e têxtil/vestuário que empregavam praticamente a mesma quantidade de pessoas, representando a soma dos mesmos 48,81% do pessoal ocupado em 1985, se mantém como os mais importantes em 2004, empregando 47,72% da mão-de-obra. O mesmo ocorre com a indústria da madeira/mobiliário, que passa de 17,54% em 1985, para 16,72% em 2004.

Tanto no ramo do mobiliário como no de vestuário a expansão da produção ocorreu “pelo que denominou-se de contato próximo, isto é, a partir da criação e expansão de algumas empresas, visíveis empiricamente pela contratação de novos empregados, aumento da produção, enriquecimento do proprietário, outras pessoas ligadas ou não a esta atividade, passaram a fundar indústrias [...]”. (FRESCA, 2004a, p.198).

Portanto, um processo que se pautou nos capitais locais e regionais e representados por ramos industriais intensivos em mão-de-obra. Por outro lado, também teve importância as transferências industriais, que tiveram maior importância em termos de pessoal ocupados nos ramos da metalurgia e matérias plásticas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto da reestruturação produtiva, em que uma das estratégias para a reprodução do capital é a sua mobilidade geográfica, alguns territórios apresentam as condições necessárias para estarem inseridos na dispersão territorial da indústria.

Quando este processo se torna mais evidente no Brasil, a partir do início dos anos de 1990, o Aglomerado Urbano-Industrial de Londrina apresentava as condições gerais de produção que favoreceram o crescimento significativo do setor industrial. Porém, quer pelas transferências industriais, em geral da Região Metropolitana de São

⁴ A queda brusca do pessoal ocupado no ramo química entre 1993 e 1994 (Gráfico 05), na verdade se deve ao fato de desagregarmos desse ramo a indústria de matérias plásticas.

Paulo, quer pela expansão das indústrias de capital local/regional, tal crescimento foi significativo em termos pessoal ocupado e bem mais modesto no que se refere ao valor adicionado.

Portanto tratou-se da expansão das indústrias de menor intensidade tecnológica e intensivas em mão-de-obra. Numa próxima etapa da pesquisa pretende-se investigar até que ponto houve a precarização do emprego e se há diferenças importantes entre os municípios do Aglomerado Urbano-Industrial de Londrina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAGUETO, Claudio Roberto. **O Aglomerado Urbano-Industrial de Londrina: sua constituição e dinâmica industrial.** 2007. 249f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo..

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Base estatística RAIS: relação anual de informações sociais – RAISESTAB - 1985.** Brasília, 1985. CDROM.

..... **Base estatística RAIS: relação anual de informações sociais – RAISESTAB-1992.** Brasília, 1992. CDROM.

..... **Base estatística RAIS: relação anual de informações sociais – RAISESTAB-2004.** Brasília, 2004. CDROM.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e crise no Brasil: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula.** 5.ed. São Paulo: Ed. 34, 2003. 456p.

CANO, W. Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil: 1970/95. **Economia e Sociedade**, Campinas, n.8, p.101-141, jun. 1997.

CORRÊA, Roberto Lobato. Globalização e reestruturação da rede urbana – uma nota sobre as pequenas cidades. **Revista Território**, ano IV, n.6, p. 43-53, jan./jun. 1999.

FIRKOWSKI, Olga Lúcia C. de Freitas. **A nova territorialidade da indústria e o aglomerado metropolitano de Curitiba.** 2001. 278f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FRESCA, Tania Maria. Industrialização no norte do Paraná na década de 1990: transferência industrial e estratégias de crescimento. **Ciência Geográfica**, Bauru, v.10, n.3, p.195-206, set./dez. 2004.

GOTTDIENER, M. A teoria da crise e a reestruturação sócio-espacial: o caso dos Estados Unidos. In: VALLADARES, L.; PRETECEILLE, E. (corr.). **Reestruturação urbana: tendências e desafios.** São Paulo: Nobel; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1990.

HARVEY, D. **A condição pós moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** São Paulo: Edições Loyola, 1992.

LENCIONI, Sandra. A emergência de um novo fato urbano de caráter metropolitano em São Paulo. A particularidade de seu conteúdo sócio-espacial, seus limites regionais e sua interpretação teórica. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 10, 26 a 30 de maio, 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ANPUR, 2003.

..... Mudanças na metrópole de São Paulo e Transformações industriais. In: SPÓSITO, E.S. (org.). **Dinâmica econômica, poder e novas territorialidades.** Presidente Prudente: UNESP/FCT: GASPERR, 1999. p.115-136

SANTOS, Milton. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. **Revista Território**, ano 4, n.6, p.5-20, jan./jun. 1999.

SOJA, Edward W. **Geografias Pós-Modernas:** a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1993.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: SPÓSITO, M.E.B. (org.). **Urbanização e cidades:** perspectivas geográficas. Presidente Prudente: UNESP, 2001. p.609-643